

25 de Abril

20 Anos



Editorial

Se ao cair do dia 25 de Abril de 1974, um qualquer “capitão de Abril”, conscientemente mergulhado no acto em que acabava de participar e que virara uma página na história do seu país, provavelmente extenuado, tivesse direito a uma pausa para rabiscar umas notas para o seu “diário”, é possível que desse expressão às suas emoções registando alguns apontamentos como estes:

- Missão cumprida.
 - Sinto-me, finalmente, realizado na minha condição de militar.
 - Enquanto percorríamos as ruas de Lisboa, éramos aplaudidos, abraçados, beijados, acarinhados pelo povo. E das espingardas brotaram flores. Foi bonito de ver e foi bom de sentir.
 - Hoje não vi cidadãos a fugirem da PIDE; mas vi “pides” a fugirem de populares.
 - Pela primeira vez na minha vida leio jornais portugueses que não passaram pela censura, oiço na rádio a palavra liberdade, vejo a RTP falar de democracia. Nos meus olhos e nos meus ouvidos atropela-se um vocabulário novo: socialismo e social-democracia, comunismo e marxismo-leninismo, revolução e luta de classes; e não me preocupa que alguém esteja a decifrar os meus pensamentos.
 - Há um novo “Abril em Portugal”; já não o do nacional-cançonetismo, mas o da canção de intervenção, que nos diz que “o povo é quem mais ordena”, que “a cantiga é uma arma”, e que “há sempre alguém que diz não”.
 - As ruas são multidão, crianças e velhos, mulheres e homens, gente que canta e que dança, e que repete palavras de ordem: o povo unido jamais será vencido; o povo está com o MFA; fim à guerra colonial; independência para as colónias. Palavras novas com sabor a esperança.
 - Olho os meus filhos e reconforto-me com uma consciência nova; a de já não reze as contas que terei de lhes prestar no futuro.
- Passados 20 anos, esse “militar de Abril”, iria folhear as páginas já amareladas do seu “diário”. Ao relê-las, emocionar-se-ia com a recordação do dia em que, descobrindo a sensação de se sentir livre, se reencontrou com o seu povo também liberto, 20 anos! Mais do que uma geração, o primeiro quartel de uma nova era que “nasceu do ventre duma chaimite”!*

25 de Abril de 1994

Pedro de Pezarat Correia

25 de Abril – 20 anos

Associação 25 de Abril



Há precisamente 20 anos, os capitães de Abril, tomando consciência da natureza do regime que oprimia os portugueses e da injustiça e inutilidade em prolongar uma guerra sem sentido, decidiram abrir-lhes as portas à liberdade e à democracia. Para trás ficava um velho regime de ditadura fascista-colonialista e abriam-se perspectivas de uma vida melhor. Para trás ficavam, esperava-se que para sempre, um regime autoritário, de verdade única, de um só partido, de absoluto controlo da pessoa humana; um sistema liberticida, onde os direitos e as garantias dos cidadãos se concebem em função do próprio sistema e dos seus próceres; a polícia política, a ameaça permanente, as perseguições, a repressão estudantil e sindical, o esmagamento das oposições, as prisões políticas, os tribunais plenários, as medidas de segurança, a militarização da juventude e do cidadão; a censura, a propaganda, a polícia do espírito; o regime da ignorância, do medo, da doença, do analfabetismo e da pobreza; o isolamento internacional, com uma violenta crítica e condenação nas mais diversas instâncias internacionais; o colonialismo e a guerra.

A liberdade, retomada pelo povo português a partir de 25 de Abril de 1974, é o fundamento do regime actual.

Mas a liberdade, por si, não soluciona os problemas de uma sociedade. São os cidadãos munidos da liberdade como instrumento, que transformam o sistema a que pertencem, que interferem nos caminhos do seu próprio destino, que se aproximam das soluções mais desejadas. Não há liberdade sem cidadãos, como não há cidadãos sem liberdade. Os capitães de Abril, compreendendo-o desde o início, souberam, num gesto historicamente incomparável, deixar nas mãos dos cidadãos o que aos cidadãos pertencia.

Não podemos lamentar o regime da liberdade. Devemos, sobretudo, intervir, a partir da nossa liberdade. Propor, transmitir, lutar pelos valores em que acreditamos; denunciar os abusos, os esquecimentos, os desvios; participar na mudança, na alternativa, na diferença. Ser livre, verdadeiramente livre, é talvez mais difícil do que o não ser — no que exige de

responsabilidade, de empenhamento, de esforço quotidiano.

Hoje vivemos em democracia. Por isso, porque ela própria é, por definição, crítica e exigente, não nos cansamos de repetir tudo o que lhe falta, tudo o que está mal. Posição correcta, posição necessária, mas nem por isso mesmo, totalmente justa.

A democracia não é um fim, mas sim um meio.

Muito falta fazer. Mas, na verdade, muito foi feito, e só o poderia ter sido com o 25 de Abril.

Tenha-se ou não consciência disso, estes 20 anos foram anos de mudança. Somos um país que já mudou.

Nesta evolução, também as gerações se vão rendendo..

É hoje adulta a juventude de ontem e a juventude de agora era então infância.

As novas gerações vivem, na realidade de hoje, sem totalmente se aperceberem de Abril. Por isso, porque é necessário que a mudança continue, é indispensável que se tenha presente que os quadros de referência em que a juventude cresceu, a memória que não tem do passado recente, limitam a compreensão dos absurdos condicionamentos em que viveram as gerações anteriores. Para ela, os valores que estiveram na génese do 25 de Abril são dados adquiridos, cuja repetição no discurso de cada dia soa a redundância.

A afirmação do 25 de Abril tem de passar por aquilo que, nele implícito, está ainda por cumprir.

Fazendo uma pedagogia inteligente, aliciante, inovadora, dos valores conquistados e do que significaria a sua liquidação.

Mas dando, fundamentalmente, resposta aos anseios que, a partir das liberdades adquiridas, se identificam com segurança no emprego e no salário, com a paz, com uma vida digna para todos.

Inconformismo que saudavelmente persistirá, enquanto não se encontrarem soluções para problemas que ameaçam o futuro, relacionados com a escola, a habitação, a saúde, os transportes, a burocracia.

Generosidade que está disponível para causas como a conservação da natureza, o combate à discriminação sexual, a cultura liberta de tabus, o aproveitamento dos tempos livres, o

Agradecimento

Este número especial, comemorativo do vigésimo aniversário do 25 de Abril, só é possível pela generosidade da LISGRÁFICA e da GRAFILIS (que tomaram a iniciativa de oferecer a respectiva execução gráfica), dos jornalistas José Eduardo Rebelo e José Pinto Nogueira, e da secretária Olga Lobo, que coordenaram graciosamente a sua realização.

A Associação 25 de Abril regista o gesto, e agradece esta participação nas comemorações dos 20 anos do 25 de Abril



convívio aberto e sem fronteiras. A transformação da sociedade passa essencialmente por aí. Orgulhamo-nos do 25 de Abril mas, parafraseando Garret, diríamos que ele não pode ser só o que foi, nem pode cristalizar no que é, sob risco, até, de negar o que foi. Tem de se prolongar no futuro. Aproprie-se a juventude do 25 de Abril, cultive os seus valores fundamentais e que estes constituam as referências dominantes na solução dos seus problemas concretos. A democracia portuguesa, filha do 25 de Abril, é demasiado jovem. No entanto, ela é já, para a nossa geração, um raro privilégio

na história portuguesa. Queremos que os jovens sejam ainda mais privilegiados, tendo toda uma vida de liberdade e democracia. Cabe-nos, a todos, fazer do 25 de Abril de 1974 um verdadeiro ponto de viragem e inflexão da nossa história comum, como o dia em que varremos, em definitivo, da herança dos portugueses, as lágrimas de mais opressões. Construindo o Portugal justo, fraterno, solidário, próspero e feliz, pelo qual todos ansiamos, e que esteve na origem, tão simples e tão sincera, da criação do Movimento das Forças Armadas.

Abril, 1994.

As comemorações do XXV aniversário do 25 de Abril de 1974, em Portugal, são um momento histórico. Em 25 de Abril de 1974, data simbólica do Movimento das Forças Armadas, houve um dia 25 de Abril de 1974 que marcou o início de uma nova era em Portugal.

Este dia 25 de Abril de 1974 marcou o início de uma nova era em Portugal. Foi o dia em que se iniciou a revolução dos cravos, o dia em que se iniciou a democracia em Portugal.

Este dia 25 de Abril de 1974 marcou o início de uma nova era em Portugal. Foi o dia em que se iniciou a revolução dos cravos, o dia em que se iniciou a democracia em Portugal.

Este dia 25 de Abril de 1974 marcou o início de uma nova era em Portugal. Foi o dia em que se iniciou a revolução dos cravos, o dia em que se iniciou a democracia em Portugal.

Este dia 25 de Abril de 1974 marcou o início de uma nova era em Portugal. Foi o dia em que se iniciou a revolução dos cravos, o dia em que se iniciou a democracia em Portugal.

Este dia 25 de Abril de 1974 marcou o início de uma nova era em Portugal. Foi o dia em que se iniciou a revolução dos cravos, o dia em que se iniciou a democracia em Portugal.

Este dia 25 de Abril de 1974 marcou o início de uma nova era em Portugal. Foi o dia em que se iniciou a revolução dos cravos, o dia em que se iniciou a democracia em Portugal.

Abril, 1994.



Manter vivos os valores de Abril

Vasco Lourenço

As comemorações do XX Aniversário do 25 de Abril abriram com uma sessão solene no Forum Picoas, em 5 de Março de 1994, data simbólica do Movimento das Forças Armadas, porque foi em 5 de Março de 1974 que, em Cascais, nasceu o MFA. Foi nessa reunião que foi aprovado o manifesto "O Movimento, as Forças Armadas e a Nação", documento precursor do "Programa do MFA", que marcou a passagem do "Movimento dos Capitães" ao "Movimento das Forças Armadas". Foi também nesse dia 5 de Março de 1974 que ficou definitivamente assumido o compromisso de levar a cabo o golpe de Estado militar, que derrubaria a ditadura e abriria as portas à instauração da democracia.

As intervenções produzidas na sessão solene de 5 de Março de 1994, pela importância dos seus conteúdos e pelo significado das personalidades que as proferiram, são o sinal vivo da dignidade com que decorreu.

Na sessão solene estiveram presentes os representantes máximos dos órgãos de soberania, todos os presidentes da República pós-25 de Abril, o ministro da Defesa Nacional, chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas e chefes dos Estados-Maiores dos 3 ramos, vários embaixadores acreditados em Portugal, autarcas, a generalidade dos membros do Conselho da Revolução e muitos "militares de Abril" e outros associados da Associação 25 de Abril, para além de representantes dos mais diversos sectores da sociedade portuguesa.

São estas intervenções, do presidente da direcção da Associação 25 de Abril, tenente-coronel Vasco Lourenço, do capitão de Abril e mestre em História Aniceto Afonso, ao professor universitário Boaventura Sousa Santos, do presidente do Conselho Nacional da Juventude, engenheiro António Ravara, e do senhor Presidente da República, doutor Mário Soares, que constituem a substância deste número especial.

Aqui as transcrevemos na íntegra.

Considera a Associação 25 de Abril que estas comemorações devem, fundamentalmente, recordar e festejar a reconquista da liberdade que, nessa gloriosa acção os militares de Abril conseguiram para os portugueses. Pretendemos também aproveitar este aniversário para nos ligarmos o mais possível à juventude, única via para que os valores de Abril sejam, cada vez mais, o futuro em Portugal. Não nos consideramos os únicos com legitimidade para organizar as comemorações de Abril. Quer as entidades oficiais, quer as mais diversas organizações vão promover muitos e muitos actos comemorativos do reinício da liberdade em Portugal. Com todos procuraremos colaborar, dentro das solicitações que nos forem feitas e de acordo com as nossas possibilidades.

Muito naturalmente, decidimos, por nós próprios, organizar um ciclo de comemorações que o 20.º aniversário justifica e merece. Procuraremos desenvolver as mais diversas actividades, culturais, cívicas, desportivas e recreati-

vas, no período compreendido entre 5 de Março e 21 de Outubro. Para as mesmas obtivemos já alguns apoios, do Presidente da República, do Governo, das Forças Armadas, de autarquias, de organizações sindicais, de fundações, de entidades bancárias, de associações e personalidades diversas. Procuramos ainda obter o apoio de outras entidades, de modo a levar à prática o conjunto de actividades que pretendemos. Esperamos conseguí-lo.

Um esclarecimento se impõe: Porquê as datas escolhidas, para o início e o fim deste ciclo comemorativo?

Passam hoje precisamente 20 anos sobre a realização da última das grandes reuniões conspirativas, dos que viriam a realizar Abril.

Foi em 5 de Março de 1974 que o Movimento dos Capitães se reuniu em Cascais, no atelier do arquitecto Braula Reis, e tomou decisões que seriam determinantes para todo o processo que se seguiu. Com efeito, os mais de 200 oficiais presentes aí decidiram levar a cabo um golpe militar, para derrubar o

regime fascista e implantar um novo regime, livre e democrático. Reforçando essa posição, ao decidirem a elaboração de um programa político, que serviria de base a toda a nossa acção. Programa que deveria ser acordado com os chefes a contactar e cuja escolha, anteriormente efectuada na reunião de 1 de Dezembro de 73, em Óbidos, ali foi ratificada, nas pessoas dos generais Francisco da Costa Gomes e António de Spínola. Decisões que foram consubstanciadas com a aprovação do documento, aí discutido. "O Movimento, as Forças Armadas e a Nação".

Quanto ao encerramento do nosso ciclo de comemorações, escolhemos o dia 21 de Outubro pois é a data da criação da Associação 25 de Abril. Festejaremos, nesse dia, o nosso 12.º aniversário.

Até lá, vamos comemorar Abril, procurando contribuir para que os seus valores se mantenham vivos e sejam o futuro da nossa sociedade. A liberdade tem de manter-se viva.

Todos, jovens e menos jovens, vamos continuá-la.



Liberdade e juventude

Mário Soares



Podemos dizer que a Revolução de Abril foi verdadeiramente uma revolução e não apenas uma revolta militar. Foi uma revolução, porque comparativamente — e a comparação foi feita pelos dois professores que falei antes de mim — às outras revoluções que Portugal viveu na sua História, desde a de 1383/85, passando pela Revolução Vintista, até à Revolução Republicana, o 25 de Abril modificou as estruturas da Nação Portuguesa. Modificou-as, de facto. Não foi apenas uma mutação política. Representou uma mutação económica e social e acima de tudo, uma mutação cultural.

O 25 de Abril pode ser visto de muitas maneiras e segundo diversos pontos de vista. Compete, naturalmente, aos historiadores fazerem essa história. O Professor Boaventura Sousa Santos disse que as comemorações dos eventos próximos são quase sempre cruéis. Esta comemoração, porém, não é cruel. Passaram vinte anos sobre a Revolução do 25 de Abril e podemos comemorar esse aniversário hoje e aqui, em liberdade. Não sucedeu o mesmo, como ele também referiu, com a Primeira República, visto que, ao fim de dezasseis anos, houve um golpe militar que lhe pôs fim, iniciando o período da ditadura. Não aconteceu também assim com a Revolução Liberal.

Por isso mesmo, nós podemos olhar para a Revolução de Abril — com todas as suas contradições, com aquilo que nos uniu e que nos desuniu, com os encontros e desencontros que tivemos uns com os outros com respeito, com liberdade e com a consciência tranquila. Estamos aqui neste primeiro acto — e eu desejaria sublinhá-lo neste momento e perante representantes da comunidade internacional, os Embaixadores aqui presentes — estamos, pois, aqui todos unidos no mesmo espírito de fidelidade à liberdade que nos trouxe o 25 de Abril. E, para mim, isso é o essencial.

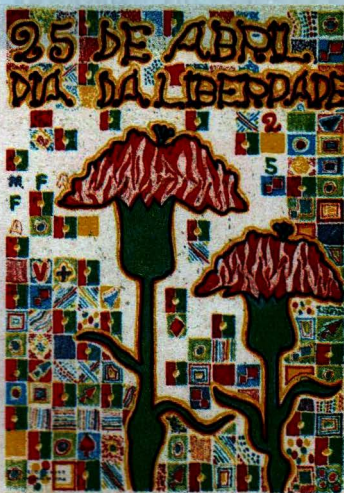
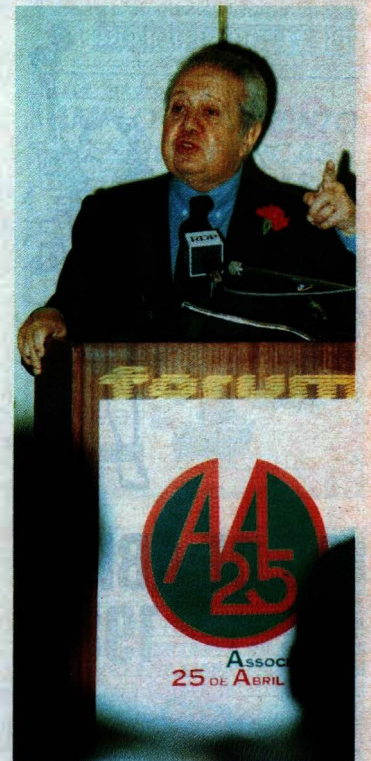
Obviamente que o 25 de Abril não foi apenas a Revolução da Liberdade e se o fosse já seria extraordinário! Foi também a Revolução que daria início a um pro-

cesso ainda não terminado, um processo extremamente complexo e contraditório, o processo da libertação dos povos colonizados. Não nos arrependemos daquilo que fizemos no 25 de Abril. Aqueles que tiveram responsabilidades nacionais nos primeiros anos logo a seguir à Revolução não têm de se arrepender daquilo que fizeram, porque, com patriotismo e com sentido de futuro, souberam recuperar para Portugal a posição que lhe permite ser hoje um país respeitado no mundo, com voz na comunidade internacional e pertencendo a um dos pólos de desenvolvimento mundial, a União Europeia.

O 25 de Abril, apesar de todas as suas contradições, que foram muitas, num processo acidentado, sinuoso e difícil, foi uma revolução de grande sucesso. E eu — que, obviamente, não participei no 25 de Abril como revolta militar, mas que pertenço àqueles que sempre sonharam com um 25 de Abril e que, de alguma maneira, indirectamente, pela sua resistência contra a ditadura prepararam o 25 de Abril e lhe deram sentido imediatamente após a Revolução — quero saudar os Capitães de Abril como grande patriotas, como aqueles que, para parafrasear o meu amigo Manuel Alegre, grande poeta, tiveram a coragem de uma certa manhã dizer não, pondo fim à ditadura.

O 25 de Abril teve uma repercussão internacional que hoje começa a ser conhecida e estudada por historiadores das mais diversas tendências e nacionalidades. Há um historiador americano que afirma ter o 25 de Abril iniciado a última vaga da democracia no mundo, a que deu origem à fase da luta pela terceira geração dos direitos do homem, de que falou também o Professor Boaventura Sousa Santos.

De facto, a Revolução do 25 de Abril deu-se num dos três Estados que, na Europa Ocidental da época, em 1974, eram ainda ditaduras; logo a seguir, dois meses depois do 25 de Abril, deu-se a Revolução que pôs fim ao regime dos



Liberdade e juventude os valores de Abril

Mário Soares

25
abril
sempre



25 DE ABRIL
1980



Coronéis gregos e que instaurou a democracia na Grécia; dois anos depois, graças ao 25 de Abril e à experiência tão rica de ensinamentos e politicamente tão contraditória que nós aqui vivemos, nos anos de 1974 e 75, foi possível realizar-se em paz aquilo que era considerado impensável — a transição democrática espanhola. Os espanhóis dizem, e são unânimes nisso, que, se não fosse o exemplo das lutas travadas em Portugal durante os anos de 1974 e 75 para consolidar a liberdade, a transição democrática espanhola porventura não teria ocorrido.

Esse movimento no sentido da democracia chegou aos países da América Latina, que, em 1974, eram quase todos ditaduras militares e que hoje são quase todos democracias, com mais ou menos êxito. Essa vaga democrática, iniciada em Portugal, espalhou-se pelo Mundo e chegou, em 1989, aos países de Leste, indo até Moscovo. O 25 de Abril foi, pois, o início de um processo histórico que, 20 anos depois, podemos perceber nos seus contornos fundamentais, detectando com muita clareza aquilo que, efectivamente, esteve em jogo.

No que respeita a nós, tratava-se de destruir um sistema caduco retrógrado, e colonialista, baseado na exploração das nossas antigas colónias. Tivemos depois que aprender — e essa aprendizagem está a fazer-se ainda — a viver em liberdade. Todos sabemos que viver em democracia não é fácil. O jovem que aqui tão inspiradamente falou, em nome do Conselho Nacional da Juventude, disse, citando uma frase do Churchill, que a democracia era um péssimo regime, à excepção de não haver outro melhor. De facto não há outro melhor. A democracia, com todos os seus defeitos, exige um trabalho permanente de transformação cultural e cívica, que é preciso passar pelo interior dos próprios cidadãos. É difícil fazer democracia quando não há muitos democratas! É, portanto, necessário que a educação avance no sentido de fazer democratas e cidadãos, de dar consciência cívica

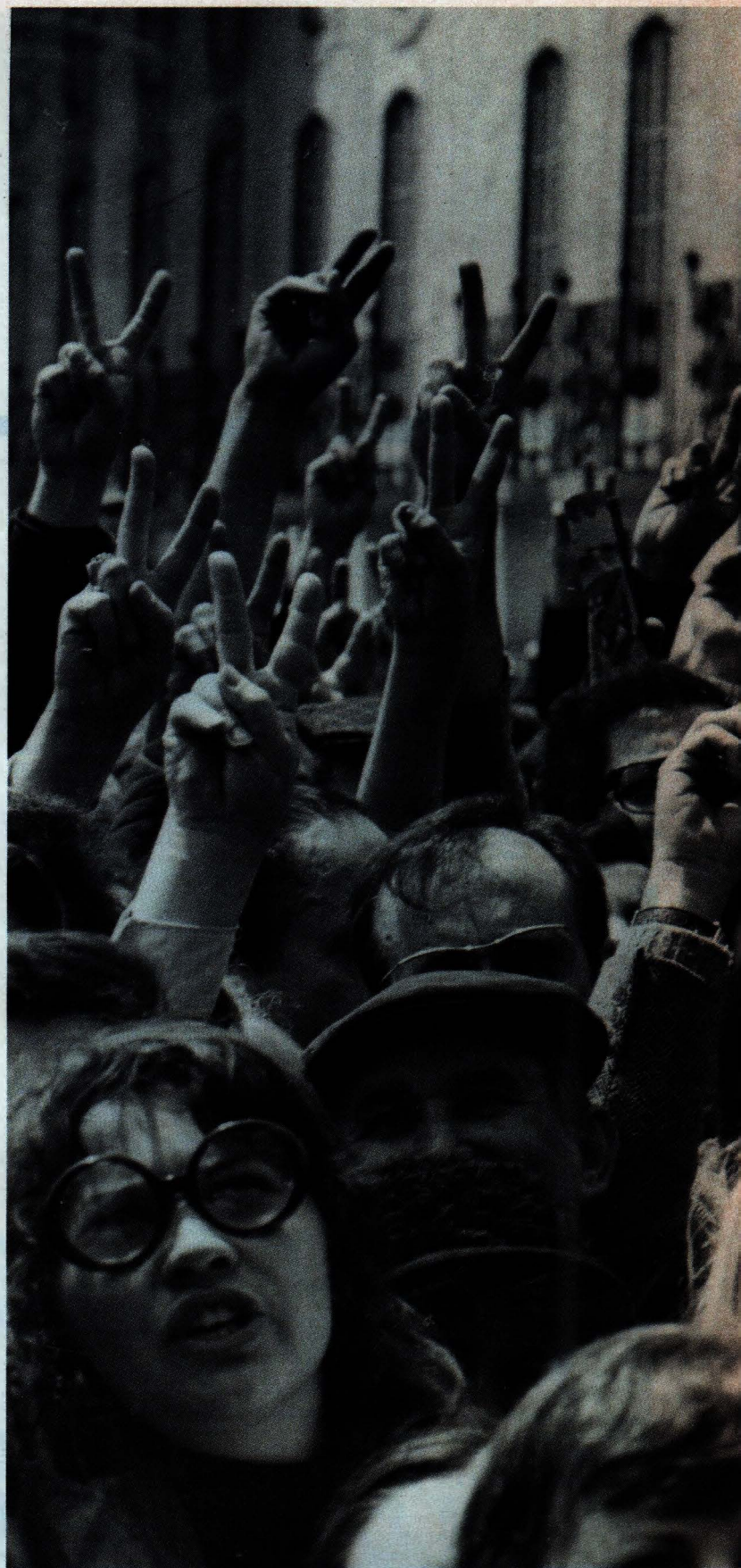
aos portugueses, para que possamos fazer, na nossa sociedade, as transformações que todos queremos, no sentido do progresso.

O 25 de Abril foi, também, no sentido próprio do termo, uma verdadeira Revolução cultural. Uma Revolução cultural que nos abriu à modernidade que se vive no mundo. Para todos nós, cidadãos, representou uma verdadeira libertação. Assistimos, de facto, a acontecimentos espantosos e a mutações espantosas no espírito de todos aqueles que viveram o 25 de Abril quer daqueles que o fizeram, quer daqueles que o apoiaram e que estiveram sempre com o 25 de Abril, quer mesmo daqueles que estiveram contra o 25 de Abril. Até nas chamadas grandes famílias que antes tinham o poder económico em Portugal, se assistiu, por efeito do 25 de Abril, a uma verdadeira revolução mental. Isso é a prova de que se tratou de um grande movimento cultural e social de fundo e não apenas de uma simples revolta militar.

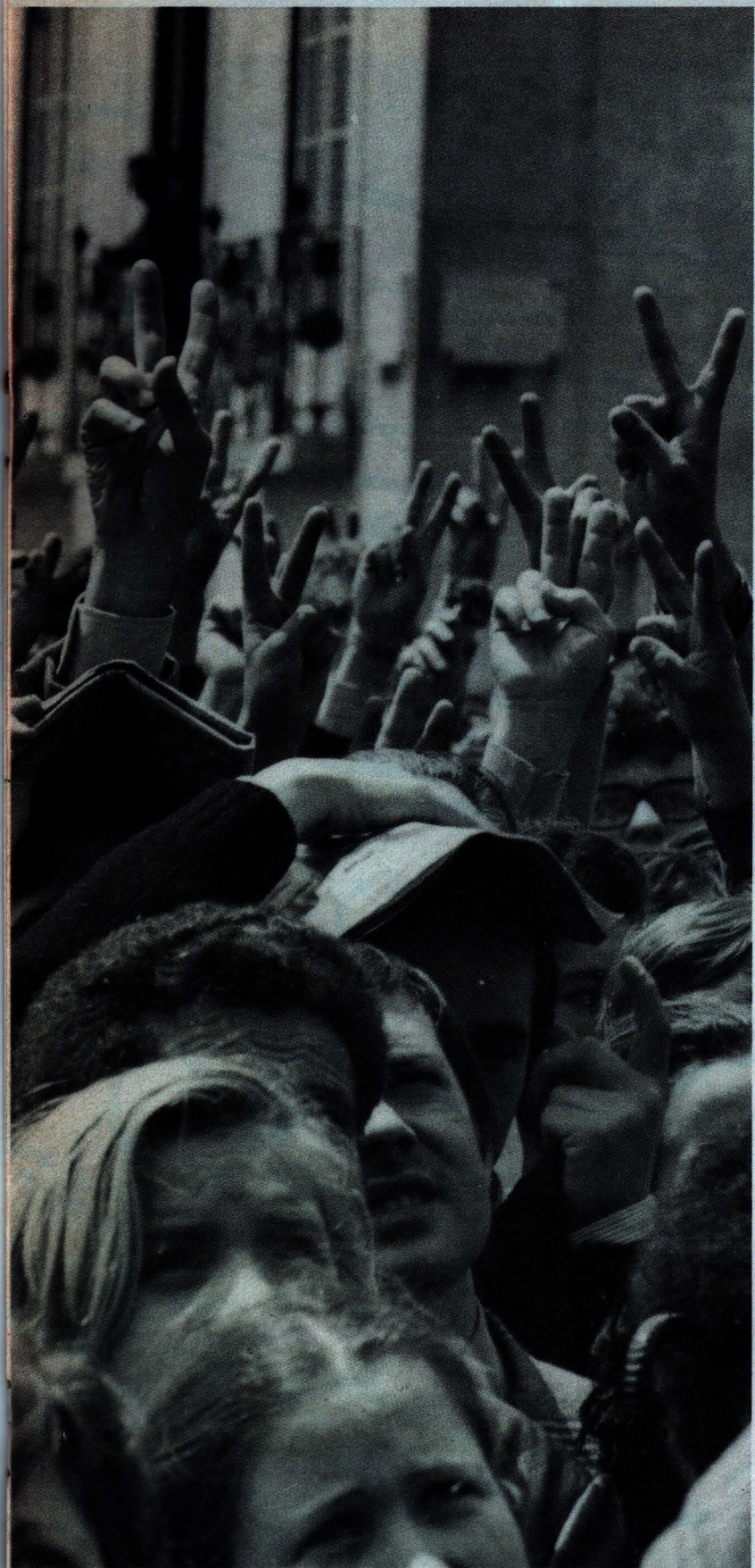
Na verdade, os Capitães de Abril interpretaram com patriotismo, com coragem, com lucidez aquilo que era o movimento que vinha do fundo da sociedade portuguesa e que não era mais possível de conter, ao fim de tantos anos de ditadura e de opressão.

A descolonização foi um momento extremamente difícil e traumático para a sociedade portuguesa, como não podia deixar de ser. Quem queira debruçar-se, com objectividade e serenidade, numa perspectiva histórica e sociológica, sobre o que foi a descolonização, terá que, apesar de tudo, reconhecer, sem paixão, que a descolonização feita, que era inevitável, foi também a possível.

Na essência do próprio Movimento dos Capitães estava essa reivindicação e quem viveu esses dias exaltantes da libertação, esses dias tão extraordinários que certamente não se repetirão nas nossas vidas, pode testemunhar que o coro unân-



25 de Abril
20 Anos



nime que ecoava em todo o Portugal era o de nem mais um soldado para o Ultramar, nem mais um dia de guerra colonial. Como é que, agora, alguns se atrevem a atacar aqueles que, em condições difíceis, se lançaram na senda da descolonização?! É óbvio que a descolonização não foi perfeita; nunca o poderia ter sido. Mas as responsabilidades cabem, em primeira linha, àqueles que prolongaram a guerra durante treze anos, e antes, durante muitas décadas, conservaram uma situação totalmente injusta, nas nossas ex-colónias. Cabem àqueles que não souberam dialogar, que não souberam responder à mão que lhes foi estendida por homens da estirpe de Amílcar Cabral, àqueles que não foram capazes de entender os sinais da história.

A descolonização foi feita num momento em que, praticamente, não havia Estado em Portugal e em que o poder estava na rua, expresso em manifestações e contra-manifestações, que todos os dias se faziam e que todos nós vivemos também na rua. Foi, portanto, a descolonização possível! Mas foi uma operação cirúrgica essencial para que Portugal pudesse ser o que hoje é e para que as colónias portuguesas venham a ser aquilo que eu desejo no futuro, quando forem acalmadas as paixões e quando chegar o dia desse continente tão martirizado e à deriva, que é África. Dia que, evidentemente, há-de chegar, pois ninguém pense que o mundo vai ser apenas o Mundo dos polos de desenvolvimento. O Doutor Boaventura Sousa Santos falou das sociedades dualistas; essas sociedades dualistas — nós sabemos-lo bem: e a Revolta de Chiapas é um exemplo disso, no México, como a Revolta de Los Angeles foi outro exemplo — essas sociedades dualistas, como ia dizendo, não podem manter-se, porque se é exacto que a experiência comunista foi uma experiência fracassada — e alguns de nós dissemo-lo muito antes de 89, sendo também, de alguma maneira, percursores — a verdade é que aquilo que deu origem a que milhões de homens no mundo inteiro

acreditassem no comunismo e se batessem por ele foram as gravíssimas desigualdades do capitalismo e a sua incapacidade de resolver os problemas sociais. E, se queremos salvaguardar o futuro, temos de ir ao encontro dos pobres e temos que desfraldar a bandeira não só da liberdade, nós que a já temos, mas também a bandeira da solidariedade, para dar esperança àqueles que a não têm, para dar voz àqueles que estão silenciosos, aqui ou em qualquer parte do Mundo.

O espírito do 25 de Abril está de acordo com a modernidade mais avançada do nosso tempo. E nós devemos, por isso, ter orgulho na Revolução dos Cravos, que foi uma revolução precursora para a Europa, para a América Latina e para o Mundo. Temos que estar gratos aos Capitães de Abril. Como Presidente da República e representante dos portugueses, gostaria — e esse é o meu voto final — que estas comemorações do 25 de Abril, embora dando origem, naturalmente, a uma polémica salutar e ao debate que se tem de realizar, se fizessem sob o signo daquilo que nos deve distinguir: a tolerância, o respeito pelos outros e a liberdade. O 25 de Abril é, sobretudo, a liberdade — e esse simbolismo deverá manter-se.

Estas comemorações que hoje se iniciam tão auspiciosamente, com a família de Abril aqui reunida, devem ser dirigidas para a juventude, ligando a liberdade e a juventude, sobretudo quando a juventude fala na participação dos cidadãos, como aqui foi feito pelo representante do Conselho Nacional da Juventude, quando fala e insiste nos problemas da solidariedade, da luta contra a pobreza e pela igualdade de oportunidades para todos os nossos compatriotas. É sob este signo, sob esta bandeira, sob esta ideia fundamental — liberdade e juventude — que eu creio ser importante comemorar o 25 de Abril. Não a pensar no passado, mas a pensar no futuro que, na solidariedade e sem exclusões, haveremos de construir.



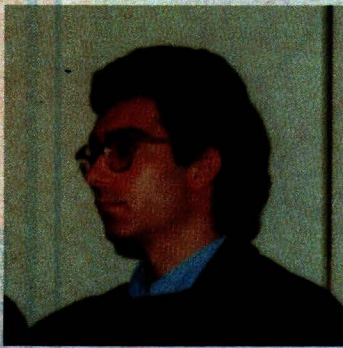


25 ABRIL



“Devemos interferir a partir da nossa liberdade”

Aniceto Afonso



Temos perante nós um acontecimento histórico, realizado há vinte anos, por um grupo alargado de militares. O facto concreto, ocorrido a 25 de Abril de 1974, relaciona-se historicamente com a deposição, através do uso da força, do regime então vigente. Na História das sociedades, há factos destes — definidos, concretos, incontornáveis, mas não há factos históricos isoláveis. Eles estão sempre numa sequência de outros factos, precedentes e consequentes, tanto igualmente localizáveis, como imperceptíveis ao observador desatento. Quando nós, membros de uma civilização, de uma sociedade, de uma comunidade, nos movimentamos, arrastamos pelo caminho marcas profundas, sinais extensos, heranças longínquas. O que é verdadeiramente aliciante na compreensão da trajetória histórica do homem (individual ou social) é a tentativa de penetrar nas esferas de influências mútuas, discernindo o breve tempo de um facto com o peso da sua específica intensidade e a dimensão de outros tempos, de duração variada e interferência complexa.

O 25 de Abril de 1974 em si, um facto breve de volumosa espessura. Não tem, em larguíssimo tempo histórico, antes ou depois, outro facto que possa sobrepor-se-lhe em termos de influência sobre o destino do homem português.

Aliás, comparável em termos de brevidade e espessura histórica, só existirão meia dúzia de dias na História de Portugal. Será a assinatura do tratado de Zamora que inicia formalmente a existência de Portugal, a vitória de Aljubarrota, que adia por duzentos anos a união ibérica, a conquista de Ceuta, que lança Portugal na aventura dos novos mundos, a Restauração, que recupera, para sempre, a independência perdida sessenta anos antes, a Revolução vintista, que proscreve o Antigo Regime e a implantação da República, que extingue um sistema com mais de 750 anos.

O estudo histórico tem a fantástica capacidade de permitir viajar no tempo. É certo que o historiador, como homem, cidadão e participante do seu próprio tempo, não pode, material e espiri-

tualmente, deixar de carregar a canga da época em que vive, mas pode, quantas vezes recorrendo a um engenhoso esforço de imaginação, colocar-se em pontos variados da fita do tempo, permitindo-se perscrutar o passado ou olhar o futuro, cujo desenlace afinal já conhece. Esta é, quase sempre, a tarefa do historiador: escolher um ponto no tempo e, a partir daí, encontrar as linhas convergentes que conduziram a esse ponto e explicar como ele se projectou e que consequências ou marcas deixou na sociedade em que ocorreu. Contudo, quanto mais coincidência houver entre o ponto escolhido e um facto histórico marcante (ou quando rigorosamente coincidirem — o que não é raro nas opções dos historiadores), mais longos devem ser os recuos e os avanços no tempo objecto de estudo, porque são os factos marcantes que mais prolongadamente interferem no processo histórico da sociedade.

Quero com isto dizer que observar o 25 de Abril de 1974, sob o ponto de vista da História, requer necessariamente um recuo profundo e um avanço prolongado no tempo da sociedade portuguesa.

Requer sem dúvida a análise do regime que o tornou inevitável, da sociedade que o fundamentou, do grupo que o concebeu e dos homens que o executaram. Mas requer igualmente a análise do regime que gerou, da sociedade que lhe sucedeu, dos grupos e dos homens que souberam (ou não souberam) potenciar as oportunidades dele saídas. Mas como os momentos altos da História se repercutem extensamente, é sempre com cautelosa ponderação que os historiadores se aventuram nas análises dos tempos recentes.

A ciência histórica impõe a inquestionável exigência da imparcialidade. E embora fazer história seja sempre fazer escolhas, é com verdadeiro zelo que se procura a objectividade das opções. Nenhum historiador de mérito tentará menosprezar a importância histórica do 25 de Abril de 1974. Poderão explicar, interpretar ou entender de forma diferente o complexo histórico que justificou a sua emergência ou analisar distinta-

mente o processo a que deu origem. Mas todos têm estado concordantes, em relação à decisiva importância da acção militar que marcou o reinício da democracia em Portugal.

Por nós, que jamais nos usaremos tomar o título de historiador, respeitando embora os princípios essenciais do labor histórico, não enfeitamos a deliberada opção pelos traços que fazem do 25 de Abril o passo primordial da recuperação da nossa liberdade e da implantação da nossa democracia. Também não escondemos, correndo o risco da história apressada (mas tranquilos por sabermos do seu carácter provisório), que duas causas principais estiveram na base do movimento militar que conduziu ao 25 de Abril: a guerra colonial e (afinal, causa da causa, ou talvez causas de influência mútua) a natureza do próprio regime do chamado “Estado Novo”. Se quiser agora, ultrapassando porventura as normas difusas da ciência histórica, mas optando por um pensamento empenhado, saber da justiça da causa que guiou os capitães de Abril, deveria perguntar: Quem optaria por voltar a um regime autoritário, de verdade única, de absoluta controlo da pessoa humana? Quem gostaria de voltar a um regime de um só partido, depositário dos únicos valores válidos? Quem desejaria reconstituir um sistema liberticida, onde os direitos e as garantias dos cidadãos se concebiam em função do próprio sistema e dos seus próceres? Quem admitiria o regresso da polícia política, da ameaça permanente, das perseguições, do esmagamento das oposições, das prisões políticas, dos tribunais plenários, das medidas de segurança, da militarização da juventude e do cidadão? Quem suportaria de novo a censura, a propáganda, a polícia do espírito? Quem toleraria de novo o regime da “superstição das obras”, feitas à custa da dignidade dos cidadãos? Quem permitiria o regresso do regime da emigração massiva, da ignorância, do medo, da doença, do analfabetismo e da pobreza? Quem conseguiria viver hoje num país isolado, acerbamente criticado e condenado nas mais diversas instâncias internacionais? Quem desejaria voltar ao regime da guerra?





VOTE
evolução
sem revolução
VOTE
acção nacional popular

Antonio Kevora

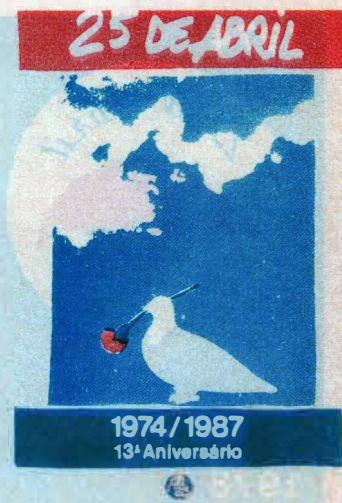
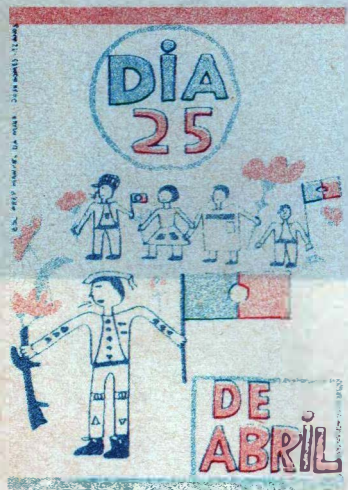


A guerra. Detenhamo-nos um pouco sobre a questão da guerra. A História tende a deixar esfriar os factos para os incluir nas suas preocupações. É um erro que a sociedade seja arrastada pela mesma tendência. A guerra afectou directamente cerca de um milhão de portugueses e indirectamente poucos terão sido os que lhe ficaram completamente imunes, isto durante um longo período de treze anos. Chega a ser incompreensível como podemos encerrar dentro de nós próprios, com fecho de sete chaves, a memória de um tempo tão marcante. Como se a guerra fosse uma vergonha individual ou um peso de consciência de cada um de nós. As guerras, podendo ser de natureza diferente, têm todas as mesmas características: são violentas (não é a guerra o uso da violência na máxima escala?), mortí-

feras e susceptíveis de encobrir fenómenos que excedem o direito e a razão. A guerra (e a guerra colonial é bem um exemplo disso) resulta de uma decisão política. Não são as Forças Armadas que fazem a guerra. As Forças Armadas cumprem missões de guerra. Também não fazem a paz — implementam acordos ou decisões de paz. Não é por isso razoável julgar as Forças Armadas e os seus membros, da mesma forma que se deve julgar o regime político que prolongou irracionalmente a guerra. De facto, as Forças Armadas, com imenso esforço, sacrifício, inteligência e capacidade, deram ao poder político treze anos de folga, de espera, de cobertura, para encontrar uma solução política, negociada, aceite internacionalmente. Como é possível que as Forças Armadas demonstrem hoje injustificadas susceptibi-

lidades relativamente à sua participação na guerra, quando, no cumprimento do seu dever profissional, demonstraram possuir capacidades de excepcional valor, que lhes permitiram resistir para além do que seria razoável e justo pedir-lhes? Como podem as Forças Armadas sentir-se hoje questionadas, quando se condena o excessivo prolongamento da guerra colonial ou mesmo a sua emergência?

É bem certo que foram os capitães de Abril que impuseram, mesmo contra a opinião de outros militares, o fim das hostilidades nas colónias portuguesas. Mas nenhum militar, mesmo daqueles que não estiveram empenhados no 25 de Abril, com razoável ponderação, pode continuar a sustentar a justeza da política colonial do regi-



me derrubado. O 25 de Abril, relativamente à guerra, veio impor uma solução com muitos anos de atraso. É este atraso (e em História os atrasos pagam-se normalmente muito caro), que justifica amplamente as soluções de estreita manobra política conseguidas para o processo de descolonização. Soluções que, apesar de tudo, deixaram em aberto imensas possibilidades de cooperação, só muito fugazmente aproveitadas, desde então até à actualidade.

Em suma, os capitães de Abril, através de um complexo processo de aproximação e envolvimento colectivo, acabaram por tomar consciência do cruzamento dos dois erros que referimos — a natureza do regime que oprimia os portugueses e a injustiça e inutilidade de prolongar uma guerra sem sentido. Foi essa consciência que os conduziu ao 25 de Abril. Quando ocorrem rupturas a este nível, salva-se, historicamente, quem mais oportunamente compreende as contradições em que está envolvido e encontra para elas uma solução. É essa a grande virtude do Movimento dos Capitães.

No Movimento dos Capitães, como trabalhos de natureza sociológica já realizados o demonstram, estiveram representados todos os grupos sociais incluídos nas Forças Armadas — aí estiveram filhos de agricultores, de profissionais liberais, de militares, de proprietários, de funcionários públicos, de comerciantes, de empregados qualificados, de operários e artesãos. A sua composição social acaba por ser o espelho da própria sociedade portuguesa, o que de alguma forma reflecte a vontade dessa sociedade. De facto, mudar o regime e pôr fim à guerra era, isso sim, um verdadeiro "imperativo nacional", que os militares de Abril cumpriram como um dever e que a História para sempre reconhecerá.

Resta-nos agora, colocados que estamos num ponto fulcral da história portuguesa recente, em 25 de Abril de 1974, espreitar o futuro que com ele e a partir dele fomos construindo, em Liberdade.

A liberdade, retomada pelo povo português a partir de 25 de Abril de 1974, é o funda-

mento do regime actual. Mas a liberdade, por si, não soluciona os problemas de uma sociedade. São os cidadãos, munidos da liberdade como instrumento, que transformam o sistema a que pertencem, que interferem nos caminhos do seu próprio destino, que se aproximam das soluções mais desejadas. Não há liberdade sem cidadãos, como não há cidadãos sem liberdade. Os capitães de Abril, compreendendo-o desde o início, souberam, num gesto historicamente incomparável, deixar nas mãos dos cidadãos, o que aos cidadãos pertencia.

Não podemos lamentar o regime da liberdade. Devemos sobretudo, intervir, a partir da nossa liberdade. Propor, transmitir, lutar pelos valores em que acreditamos; denunciar os abusos, os esquecimentos, os desvios; participar na mudança, na alternativa, na diferença. Ser livre, verdadeiramente livre, é talvez mais difícil do que o não ser — no que exige de responsabilidade, de empenhamento, de esforço quotidiano. Mas é isso a essência de um regime baseado na liberdade, de um regime democrático. Em democracia não deve haver cidadãos isolados ou isoláveis. E quando os cidadãos tendem a isolar-se ou a renunciar à relação com outros, é porque a democracia está começando a degradar-se. Duas liberdades isoladas podem, no limite, anular-se; duas liberdades conjugadas potenciam a Liberdade e movem a sociedade.

A democracia portuguesa, filha do 25 de Abril, é demasiado jovem (sobretudo do ponto de vista da História de Portugal) para que possamos, sob qualquer pretexto, considerá-la esvaída ou exausta. A democracia, com 20 anos de existência, é já, para a nossa geração, um raro privilégio na história portuguesa. Cabe-nos, a todos, fazer do 25 de Abril de 1974 um verdadeiro ponto de viragem e inflexão da nossa história comum, como o dia em que varremos, em definitivo, da herança dos portugueses, as lágrimas de mais opressões.

A História, ciência do homem, assinalará o facto em páginas brilhantes.

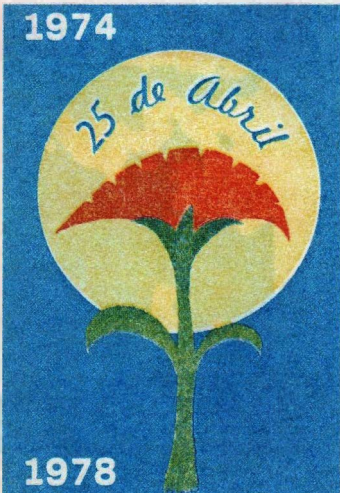


Foto SIPAPRESS/Ferriague

A Democracia não é um bem adquirido

António Ravara

Esta data tem um particular simbolismo: 20 anos é uma geração — a nossa, a de aqueles que sempre puderam falar alto sem olhar para o lado, juntar-se em grupos na rua, escrever o que querem, associar-se, protestar, consumir e ser apáticos, se por isso optarmos.

Somos uma geração diferente, a primeira que vive nas condições que tantos sonharam e para as quais lutaram durante quase 50 anos.

Vivemos no quotidiano a experiência da liberdade. Ela marca as nossas atitudes. Por vezes de uma forma enebriante, pelo ritmo, pela velocidade com que vivemos, com o leque de escolhas possíveis que temos à disposição.

É uma experiência de paixão, que sentimos como o valor central e absoluto das nossas vidas. Ser jovem é querer ser livre, poder experimentar, arriscar.

Mas sabemos que esta é uma experiência frágil, que depende muito da nossa prática, da nossa atenção. São os nossos gestos do dia-a-dia, a nossa fidelidade aos direitos fundamentais, que garantem que possa perdurar a liberdade. Devemos estar vigilantes, pois a liberdade é uma aspiração permanente, idêntica àquela que levou dois jovens, há mais de trinta anos, a lhe dedicar um brinde no café Martinho da Arcada, e por isso foram presos.

O seu gesto, loucura irreverente, fascina-nos, e devemos inventar hoje novos brindes à liberdade, que a mantenham como realidade presente, forma maior de contribuir para a nossa realização como mulheres e homens, individualmente e em sociedade, agindo assim e transformando a realidade em que vivemos. Estes gestos são necessários. O fim da ditadura não significa que estamos no melhor dos mundos. Sabemos

que “a democracia é o pior de todos os sistemas, com excepção de todos os outros”. Sabemos porque vivemos constrangimentos na experiência da liberdade. Constrangimentos e limitações que conduzem a exclusões, novas formas de ditadura, ameaças reais à democracia.

Antes de mais, limitações económicas: como se pode ser livre com o salário mínimo nacional, a trabalhar “levemente” aos 14 anos, sem perspectivas de emprego estável ou de um trabalho digno e realizador? A taxa de desemprego juvenil, a pobreza, o abandono escolar levam a que sejam excluídos muitos jovens, por lhes ser negado o direito a uma vida digna, à independência, e a independência é a condição para a liberdade.

Vivemos limitações sociais e culturais, onde o conservadorismo das mentalidades num país que insistiu em estar “orgulhosamente só”, as dificuldades de acesso a direitos fundamentais como a educação e a habitação, a saúde e condições dignas de trabalho, contribuem para uma situação de precariedade que ameaça a liberdade.

Também fenómenos marginais, como a toxicodependência e a prostituição são exclusões que assumem contornos particularmente revoltantes. Sofremos limitações políticas, numa democracia que os cidadãos experimentam muitas vezes só no voto, desconfiando das instituições e dos políticos. E são sobretudo estas que contribuem para este descrédito, pois nunca investiram a sério na participação dos cidadãos. Não está na moda a política. Mas o modelo do sucesso da geração Yupi e da Coca-Cola faliu num oásis já longínquo.

Como associações juvenis, queremos ser actores e não espectadores. A democracia não está nunca

totalmente adquirida e recusar um papel de maioridade às organizações sociais, preferindo o controlo, a competição com elas, o seu estrangulamento, é um autêntico “tiro no pé” da democracia. Não podemos aceitar pretensas visões economicistas que olham a sociedade civil como um peso para o crescimento económico. Esta não é a visão de desenvolvimento que preconizamos. Queremo-lo sustentado, resultante do contributo de todos sem excepções. Somos jovens hoje, antes de mulheres e homens amanhã. Hoje queremos que nos ouçam, queremos agir para concretizar os desafios que se nos colocam. Os desafios passam todos por aprofundar a democracia e pensar de uma forma integrada o desenvolvimento para uma sociedade sem excluídos nem privilegiados, entendendo os cidadãos como o elemento mais importante que temos. Entendemos também que a promoção da solidariedade deve ser um vector central no projecto de sociedade em que nos estamos a comprometer, compatibilizando uma vocação europeia, com a vocação atlântica, presos aos laços e à cultura que a história nos legou.

A nossa consciência cívica tem de estar sempre alerta, surgem sinais de intransigência, de extremismos, de intolerância, onde a reacção ao estrangeiro é uma das formas mais perigosas.

A democracia não é um bem adquirido. Constrói-se com a coragem, a determinação, a simplicidade destes capitães de Abril, que arriscaram pela liberdade.

São um símbolo de juventude, como é Salgueiro Maia, que reencontramos nos jovens que contestaram a PGA, que lutam por um ensino de qualidade ou pelo direito ao trabalho.

Hoje, 20 anos depois, sabemos que faz sentido continuar a afirmar: “25 de Abril sempre, fascismo nunca mais.”



Vinte anos de futuro

Boaventura de Sousa Santos



As sociedades nunca comemoram o passado. Comemoram o presente enquanto futuro do que de importante aconteceu no passado. É assim com as comemorações de longa duração histórica como, por exemplo, as comemorações dos descobrimentos e do quinto centenário da descoberta da América. A comprová-lo basta comparar as comemorações ainda em curso com as que tiveram lugar em Portugal e Espanha, no final do século passado, por ocasião do quarto centenário da descoberta da América e o que sobre elas escreveu Oliveira Martins.

Mas é assim também com as comemorações de curta duração histórica como a que hoje nos congrega. O que quer que tenha acontecido em 25 de Abril de 1974 comemorase pelo modo como vemos hoje a sociedade portuguesa na ponta de um futuro que aí começou. Desde logo, um facto aparentemente banal, mas muito significativo, é que é possível fazer esta comemoração vinte anos depois. Na verdade, a sociedade portuguesa tem sido sempre muito cruel para com as comemorações de curta duração. Vinte anos depois da revolução liberal de 1820, a sociedade portuguesa atravessava um difícil período, tentando dolorosamente recuperar de uma guerra civil fratricida. Menos de um século mais tarde, a revolução republicana e democrática de 1910 já não pôde, vinte anos depois, ser comemorada em democracia.

O facto de estarmos como estamos é uma inovação da nossa história moderna e contemporânea e merece em si mesma uma comemoração. E mesmo assim não podemos esquecer que alguns dos povos com quem partilhámos o 25 de Abril de 1974 — Angola, Moçambique e Timor Leste — não podem, vinte anos depois, comemorá-lo em paz e democracia.

Aproveitando, pois, a feliz circunstância de estarmos em paz e democracia, coloquemo-nos na ponta do futuro para a partir dela interpelarmos o 25 de Abril. Neste sentido, o passado não é o que passou. É tão-só o começo que se comemora, pelo que nele se contém de promessa ou de exigência, cumprida ou por cumprir, mas em todo o caso intacta na sua legitimidade.

Não se trata, pois, de fazer a história do passado, e sim a história do futuro. De resto, a história do 25 de Abril está ainda hoje em larga medida por fazer. Aproveito, aliás, a oportunidade para, na minha qualidade de Director do Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, agradecer a todos os que têm vindo a contribuir generosamente com os seus documentos, arquivos pessoais e depoimentos para a criação de uma base de dados a partir da qual será possível fazer em breve uma investigação científica profunda e desapaixonada do 25 de Abril. E este agradecimento não pode deixar de se prolongar num apelo a que continuem a colaborar connosco na constituição deste fundo documental que, por existir numa instituição universitária, independente, estável e tecnicamente preparada, é ele próprio merecedor de comemoração.

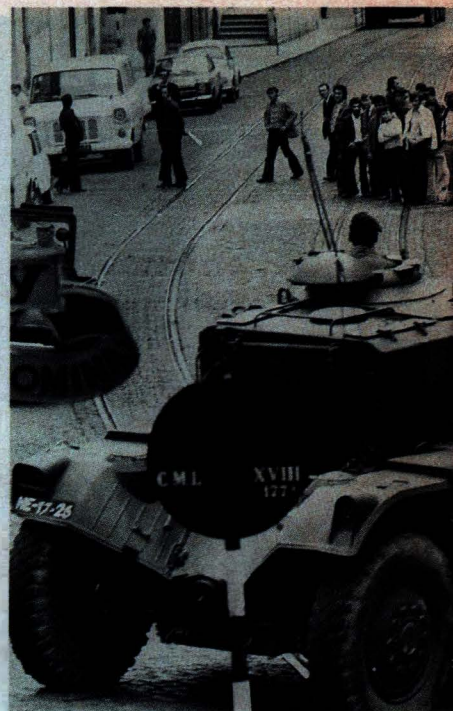
Visto da ponta do futuro onde nos postamos, aqui e agora, o 25 de Abril desdobra-se em duas promessas ou exigências principais que dominaram a nossa existência colectiva nos últimos vinte anos e que por estarem ainda longe de cumpridas devem ser comemoradas como encargos que nos honra manter.

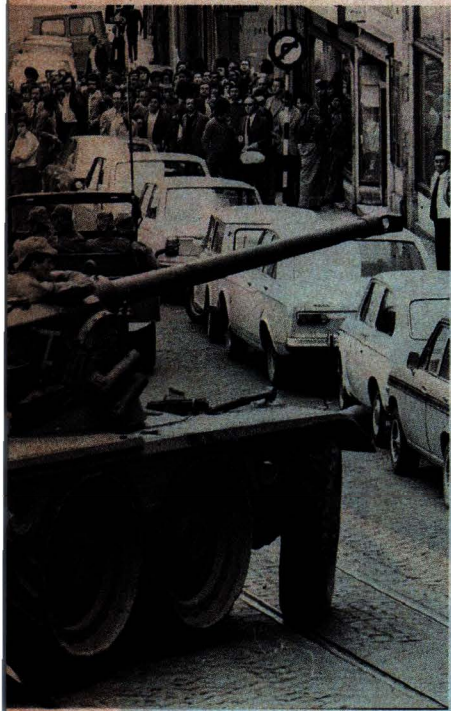
Em primeiro lugar, a promessa e a exigência da democracia. Vivemos os últimos vinte anos num sistema político democrático assente em sufrágio universal e nada no horizonte parece ameaçá-lo significativamente. É um facto inédito nos dois últimos séculos da nossa história e como tal o devemos comemorar. Não devemos, no entanto, esquecer que o que nele se cumpre é apenas uma dimensão parcial da exigência fundador: a democratização política, social e cultural da sociedade portuguesa. E aqui reside o encargo. Antes de mais, existem hoje problemas de direitos humanos em Portugal que não atingem apenas as minorias étnicas — ciganos ou imigrantes africanos — mas também as maiorias, sejam elas as mulheres, os trabalhadores, as crianças e os velhos.

Os países europeus desenvolvidos consolidaram a defesa dos direitos humanos no decurso de um

longo processo histórico que passou pelo reconhecimento progressivo de três gerações de direitos humanos. Primeiro, os direitos cívicos e políticos, da liberdade de expressão ao direito de voto; depois os direitos sociais e económicos, fundamentalmente para as classes trabalhadoras, do direito da segurança social, ao subsídio de desemprego e ao serviço nacional de saúde; e finalmente, os direitos da terceira geração, como o direito à qualidade de vida, ao meio ambiente saudável, à fruição cultural e à paz. O que neste domínio mais caracteriza a sociedade portuguesa é que estas três gerações de direitos são em Portugal uma única geração. De facto, o 25 de Abril provocou um curto-circuito histórico, uma vasta mobilização social em que se lutou pelo reconhecimento simultâneo dos direitos cívicos e políticos, dos direitos económico-sociais e dos direitos à qualidade de vida e ao meio ambiente. Ao mesmo tempo que se restaurava a democracia política e se organizavam os partidos políticos, os trabalhadores viam reconhecidos o seu direito à contratação colectiva e ao salário decente, à saúde e à segurança social, enquanto o incipiente movimento ecológico barrava o caminho à central nuclear de Ferrel.

Por este curto-circuito histórico, que sem dúvida significou uma dramática aceleração histórica na nossa sociedade, pagámos um preço. Em primeiro lugar, ao contrário do que aconteceu noutros países, a sucessão geracional dos direitos começou paradoxalmente depois de todos terem sido gerados. Cedo se verificou que o reconhecimento efectivo dos direitos cívicos e políticos iria mais longe que o reconhecimento dos direitos económicos e sociais e o reconhecimento destes, mais longe que o dos direitos à qualidade de vida, à cultura, ao meio ambiente. É esta a situação em que ainda nos encontramos. Em segundo lugar, se os direitos cívicos e políticos nasceram contra o Estado, os direitos económicos e sociais assentam em transferências de pagamentos e políticas redistributivas que só o Estado pode realizar, e que historicamente realizou através do Estado-Providência. Ora, a con-





cessão dos direitos económicos e sociais ocorreu entre nós num momento em que eles estavam a entrar em crise nos países desenvolvidos devido fundamentalmente à crise financeira do Estado. Como não tínhamos tido anteriormente a possibilidade de consolidarmos um Estado-Providência, caímos em breve na situação paradoxal de importarmos a crise do Estado-Providência sem nunca termos tido um verdadeiro Estado-Providência. É nessa situação que nos encontramos hoje.

Mas o curto-circuito histórico do 25 de Abril teve neste domínio ainda um outro efeito. A concessão de direitos fez-se, como é próprio do Estado moderno, através de leis gerais, abstractas e de aplicação universal. Ocorre, porém, que esta arquitectura constitucional e legislativa foi enxertada numa tradição política autoritária, de um Estado distante, mais predador que protector, de uma administração elitista e autocrática habituada a conhecer amigos e inimigos mas não cidadãos. Este enxerto teve como efeito que muitos dos direitos nunca foram efectivamente respeitados ou só o foram muito selectivamente e que muitas leis não foram aplicadas. Daqui resultou uma enorme discrepância entre quadros legais, em geral, avançados, e práticas sociais normalmente mais retrógradas. O Portugal legal continua hoje muito à frente do Portugal real e o Estado tem sido o gestor principal dessa diferença. Quase como uma lei sociológica, pode dizer-se que nos últimos vinte anos quanto mais eficazmente a legislação procurou defender os interesses das classes de menores recursos, maior foi a probabilidade de ela não ser aplicada eficazmente. Penso que esta lei sociológica continua ainda em vigor.

Podia não ter sido assim se os diferentes interesses sociais estivessem organizados e se houvesse implantados no terreno fortes movimentos sociais, sindicais, de consumidores, feministas, ecológicos, etc. A verdade é que a mesma tradição política autoritária faz com que em Portugal a cultura política dominante seja uma cultura de sujeição e não uma cultura de cidadania activa. Os movimentos sociais são débeis ou inexistentes e quando existem

tem são rapidamente devorados pelo faccionalismo, pelo partidarismo e pela patologia da representação. Esta patologia reside na facilidade com que os representantes de interesses se distanciam dos interesses representados. Dos partidos aos sindicatos e ao associativismo em geral, esta patologia parece endémica e reclama uma profunda acção profiláctica. Tanto mais urgente quanto é certo que a patologia da representação tende transformar-se a prazo numa patologia da participação que reside na facilidade com que os cidadãos se convencem que a relação entre a acção de participação e as consequências que dela podem resultar é puramente arbitrária. A acção profiláctica tem, pois, de ser profunda. Passa por uma revisão do nosso sistema político no sentido de aproximar representantes e representados. Mas passa acima de tudo por um vasto programa de alfabetização para a cidadania. Pode pois concluir-se que neste domínio a exigência fundadora do 25 de Abril se traduz hoje num oneroso caderno de encargos. O termo-lo é o que devemos comemorar.

A segunda exigência do 25 de Abril que cumpre comemorar é a exigência da solidariedade. Antes de mais, a solidariedade no plano interno. As políticas redistributivas do 25 de Abril, dos aumentos salariais à reforma agrária e às nacionalizações tiveram, entre outros, o objectivo de compatibilizar desenvolvimento com justiça social. Adoptadas num contexto revolucionário é natural que fossem, no período pós-revolucionário, descaracterizadas e campo fértil de efeitos perversos. A participação dos rendimentos salariais no rendimento nacional, que cresceu significativamente nos primeiros anos do pós-25 de Abril, começou a baixar a partir de então e assim continuou até hoje. Um dos sintomas mais intrigantes da patologia da representação reside no facto de o maior e mais plural protagonismo público dos sindicatos a partir de finais da década de setenta não ter afectado significativamente esta tendência. Por seu lado, as nacionalizações converteram-se em breve em sector empresarial do Estado, e, portanto, em

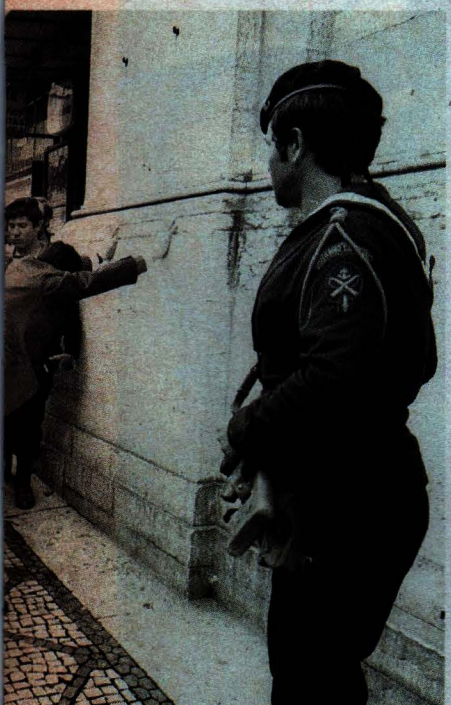
campo de reprodução de clientelas partidárias e em ventiladores estratégicos na circulação das elites entre a nomenclatura política e a nomenclatura empresarial. A reforma agrária, que por sua natureza nunca se converteu em sector empresarial do Estado nem serviu para a reprodução das elites, teve um destino cruel.

Do primeiro acordo com o FMI à terapêutica de choque do bloco central e à entrada na então CEE, o modelo de desenvolvimento que veio a dominar assentou na baixa qualidade da relação salarial combinada com uma baixa taxa de desemprego. Os últimos relatórios da União Europeia sobre a pobreza e as assimetrias sociais fazem de Portugal um dos países mais injustos da União. Como chegámos aqui? Como vamos sair daqui? Por mais importantes, os fundos de coesão e o novo quadro comunitário de apoio não resolvem este problema e podem até agravá-lo. Se não forem criteriosamente aplicados e se forem aplicados em estradas, em vez de pessoas, em betão em vez de educação, e se entretanto, como esperamos, continuarmos a ter tribunais independentes e não intimidados e uma comunicação social relativamente autónoma, é bem possível que lá para o final da década sejamos surpreendidos por uma explosão em cadeia de escândalos de corrupção. Tal explosão, por mais eficaz e curativa, já não impedirá que o país fique dividido por muito tempo entre um pequeno primeiro mundo de favorecidos a viver à grande e à europeia e um vasto terceiro mundo interior de pobres que, sem terem mudado de sítio, vivem mais longe da Europa que nunca.

Mas a exigência de solidariedade do 25 de Abril teve também uma importante dimensão internacional. A começar pelo reconhecimento dos movimentos de libertação em África e pela descolonização. Em retrospecto, é curioso verificar que a participação de Portugal em ocorrências libertadoras internacionais teve sempre lugar no âmbito de convulsões internas e que estas condicionaram de modo decisivo essa participação e o seu desenvolvimento.

Assim, a independência do Brasil teve lugar no seguimento da revolu-

Editorial
25 de Abril
O povo comportou-se
com exemplar civismo



Revolução de 25 de Abril

ção liberal de 1820, tal como a independência dos países africanos teve lugar no âmbito da revolução dos cravos. A articulação entre o interno e o internacional é diferente nos dois casos, mas em ambos a convulsão interna cria uma oportunidade que entretanto é frustrada, pelo próprio desenrolar da convulsão, dando origem a situações imprevisíveis. A independência do Brasil teve lugar como reacção à revolução liberal e para impedir a colonização efectiva que os liberais prometiam contra os interesses de Inglaterra. Desta reacção, que Portugal não teve força para controlar, ele próprio cada vez mais sujeito à hegemonia inglesa, emergiu a independência mais conservadora da América Latina, escravocrata, a única monarquia do continente. É simbólico que aquando do tratado de reconhecimento da independência em 1825, a Inglaterra tenha emprestado ao Brasil o montante da indemnização que este se comprometera a pagar a Portugal, um montante estranhamente igual à dívida de Portugal para com a Inglaterra.

A independência das colónias de África ocorreu no âmbito de outra grande transformação progressista na sociedade portuguesa. Desta vez, não contra ela, mas em grande medida por causa dela. Este facto contribuiu para que os ventos progressistas que aqui sopravam soprassem por igual em África, criando a oportunidade para uma descolonização sem onus neo-colonialistas. Mas, de novo, este acto de força foi também um acto de fraqueza que impediu Portugal de proteger as suas ex-colónias da competição feroz entre os blocos de Leste e Oeste num continente que não tinha sido partilhado em Yalta. A ausência de um neocolo-

nialismo hegemónico português abriu o passo para uma luta aberta entre vários neocolonialismos mundiais e regionais que levou os dois maiores países de África lusófona (Angola e Moçambique) à guerra e à ruína.

Esta fraqueza, tanto a conjuntural, como a estrutural, fazem com que Portugal deva cultivar no seu próprio interesse a continuação da solidariedade atlântica. Afinal, durante mais de um século depois da independência do Brasil, Portugal continuou a ter de emigrar para lá e ninguém pode demonstrar que o mesmo não venha acontecer com África. Com a recente política de imigração e leis de asilo, Portugal tem vindo a erguer uma parede contra brasileiros e africanos, sem saber se amanhã não seremos nós a ter de a trepar. Um país com o perfil de Portugal não devia ter assinado os acordos de Schengen, como, de resto, outros países da União não o fizeram e sem qualquer ponta de demagogia teria sido possível compatibilizar a política de imigração europeia com as nossas responsabilidades históricas.

O 25 de Abril, pelo modo como ocorreu e pelas exigências que fundou, veio mostrar que Portugal tem uma história muito longa e muito rica. No entanto, em tempos recentes, dá a impressão que Portugal se encolhe todo para caber na história dos outros. Contudo, o bom aluno de Bruxelas não pode ser um mau aluno em história. Seria trágico que fosse a direita ultramontana a reivindicar a história inteira do nosso povo, quando esta história só existe na medida em que lhe resiste.

Ficha técnica

Número especial comemorativo do 20.º aniversário do 25 de Abril
Edição: Referencial
Propriedade: Associação 25 de Abril
Rua Luís de Camões, 47
2795 Linda-a-Velha

Direcção: Pedro Pezarat Correia
Composição e revisão: Textag, Lda.
Montagem e selecção de cor: Grafilis
Impressão: Lisgráfica
Distribuição gratuita
Tiragem: 4000 exemplares

